

DISPENSA PRESENCIAL Nº 18/2025

PROCESSO Nº 25/2025

Pelo presente, o **Setor de Compras, Licitações e Contratos** deste Poder Legislativo, fundamentado pela **Assessoria Jurídica** desta Casa, responsável pelo controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação e mediante a solicitação e indicação de recursos realizada em , vem proceder a Dispensa Presencial para **Aquisição de placas de sinalização visual do Prédio e do Plenário do Poder Legislativo, conforme especificação elaborada pela Diretoria Legislativa.**, conforme o Processo nº 25/2025, cujos demais documentos encontram-se anexos (especialmente as propostas comerciais e documentos de habilitação), nos seguintes termos:

1. Fornecedor(es):

Fornecedor(es)	CNPJ/CPF
OUZE COMUNICACAO VISUAL LTDA	04.381.030/0001-46

2. Objeto e Valor:

Quantidade	Objeto	Valor (R\$)
10,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "SAÍDA" - TAMANHO 25 X 12 CENTÍMETROS	R\$180,00
1,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "BANHEIRO PNE" - TAMANHO 30 X 15 CENTÍMETROS	R\$28,00
3,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "BANHEIRO FEMININO" - TAMANHO 30 X 15 CENTÍMETROS	R\$84,00
3,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "BANHEIRO MASCULINO" - TAMANHO 30 X 15 CENTÍMETROS	R\$84,00
15,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "ASSESSORIAS DE VEREADORES (GABINETES)", COM SUPORTE ACRÍCILO - TAMANHO 30 X 15 CENTÍMETROS	R\$2.625,00
4,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "CONTABILIDADE, SECRETARIA E ASSESSORIAS DE VEREADORES (GABINETES)", COM SUPORTE ACRÍCILO - TAMANHO 30 X 15 CENTÍMETROS	R\$700,00
15,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL PARA MESA (BANCADA) DE VEREADOR NO PLENÁRIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "NOME DO VEREADOR", COM SUPORTE EM ACRÍLICO - TAMANHO 40 X 6 CENTÍMETROS	R\$1.762,50
1,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "RECEPÇÃO" - TAMANHO 78 X 55 CENTÍMETROS	R\$224,00
2,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL INFORMATIVA DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "INFORMATIVA" - TAMANHO 78 X 55 CENTÍMETROS	R\$448,00
1,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "PODER LEGISLATIVO" - TAMANHO 118 X 45 CENTÍMETROS	R\$283,50

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/05/2025 13:54 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://c.ipm.com.br/pe81c6c7184176.

1,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "ENTRADA DO PLENÁRIO DO PODER LEGISLATIVO" - TAMANHO 30 X 15 CENTÍMETROS	R\$28,00
6,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL PARA A GALERIA DOS VEREADORES DO PODER LEGISLATIVO, COM FOTO DIGITAL COLORIDA IMPRESSA EM AÇO ESCOVADO - TAMANHO 10,5 X 15 CENTÍMETROS; APLICAÇÃO EM PERFIL DE ALUMÍNIO BRILHANTE TAMANHO 15,5 X 21 CENTÍMETROS; ACABABAMENTO EM VELUDO E TARJA METÁLICA	R\$2.637,00
2,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL PARA A GALERIA DOS PRESIDENTES DO PODER LEGISLATIVO, COM FOTO DIGITAL COLORIDA IMPRESSA EM AÇO ESCOVADO - TAMANHO 23,5 X 31 CENTÍMETROS; APLICAÇÃO EM PERFIL DE ALUMÍNIO BRILHANTE TAMANHO 33,5 X 41 CENTÍMETROS; ACABABAMENTO EM VELUDO E TARJA METÁLICA	R\$236,00
10,00	PLACA DE SINALIZAÇÃO VISUAL DO PRÉDIO DO PODER LEGISLATIVO - MODELO "EXTINTOR DE INCÊNDIO" , CONFORME O MODELO DO EXTINTOR (ABC 4KG, BC 4 KG, BC 6 KG OU AP 10 L)- TAMANHO 15 X 20 CENTÍMETROS	R\$180,00
TOTAL		R\$9.500,00

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 08/05/2025 13:54:03-00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/pe81c6c7184176>.



3. Justificativa:

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações. A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações. O objetivo da licitação é contratar a **proposta mais vantajosa**, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

...

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras” – VALOR ATUALIZADO pelo Decreto Federal nº 12343, de 30 de dezembro de 2024: R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove.”

Os atos em que se verifique a dispensa de licitações são atos que fogem ao princípio constitucional da obrigatoriedade de licitação, consagrando-se como exceções a este princípio. Assim, este tipo de ato trata-se de ato discricionário, mas que devido a sua importância e necessidade extrema de idoneidade, se submete ao crivo de devida justificativa que ateste o referido ato.

Cabe ainda observar que foram realizadas pesquisas de preços junto aos possíveis fornecedores do(s) item(s) que é objeto de aquisição pelo órgão público, tendo a empresa vencedora apresentado preços compatíveis com os praticados pelos demais fornecedores. Quanto ao(s) item(s) cotado(s), estes possuem características compatíveis e não apresenta(m) diferença(s) que venha(m) a influenciar na escolha, ficando esta vinculada apenas à verificação do critério do menor preço. O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo outras propostas, observando a necessidade da “coleta de preços nas contratações de serviços e compras dispensadas de licitação” (Acórdão do Tribunal de Contas da União nº 1.705/2003 – Plenário TCU). No caso de dispensa e inexigibilidade, geralmente opta-se por obedecer à coleta de preços, que por analogia segue o procedimento da modalidade convite que exige no mínimo três licitantes. Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Finalmente, no caso em questão está comprovado que trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação, e, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se a contratação àquele que possuir a proposta mais vantajosa, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal. Resta deixar consignado que a empresa vencedora demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal conforme a documentação anexa.

4. Conclusão:

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao fornecimento do produto em questão, é decisão discricionária do **Presidente do Poder Legislativo** optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise do Setor de Compras, Licitações e Contratos e da Assessoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento. Nestes termos, essa Assessoria Jurídica é favorável a que se proceda à dispensa de licitação.

Camaquã, 08 de maio de 2025.

O documento eletrônico (DOC-ICP-15, de 25/08/2015) contém assinatura(s) digital(is) cuja autenticidade pode(m) ser confirmada(s) no endereço <http://www.camaracq.rs.gov.br/validador-assinaturaDocumento>.



**ARLENE FONSECA RADAMNN
DUARTE**

Assessora Jurídica
OAB/RS nº 70.788
Matrícula nº 115.614-0/3

RAFAEL FERNANDES
Oficial Legislativo

Chefe do Setor de Compras,
Licitações e Contratos
Portaria nº 32/2017
Matrícula nº 11.438-3/1

AUTORIZO A COMPRA:

Ver. JOAO PEDRO ROVERE GRILL

Presidente
Em 08/05/2025.

Compliance: Todos os documentos e informações referentes a este Processo são públicos e estão disponibilizados no Portal do Poder Legislativo www.camaracq.rs.gov.br.

Caso necessite alguma informação adicional, poderá ser solicitada pelo e-mail licitacoes@camaracq.rs.gov.br e pelo telefone e whatsapp (51) 3671.7507.

